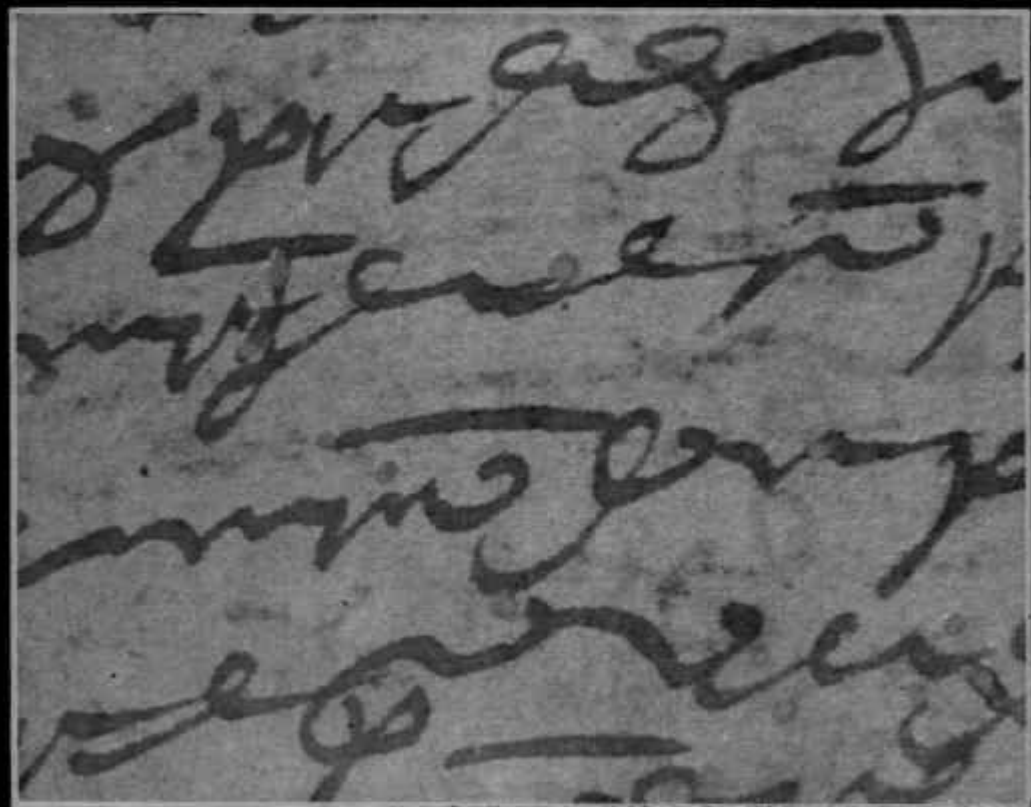

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



A modernização do Arquivo Nacional do Brasil

Charles Kecskeméti
*Diretor-Executivo do
Conselho Internacional de Arquivos*

A síndrome dos arquivos nominais

A história de todos os ramos de conhecimento (e de todas as profissões) é pontilhada de termos que repentinamente adquirem um novo sentido, eliminando as acepções anteriores. Foi o que ocorreu com a expressão 'modernização de arquivos' na Segunda Conferência RAMP, realizada pela Unesco em junho de 1982, em Berlim. Até essa reunião, a expressão não possuía outro significado além do literal: melhoria das instalações, renovação dos equipamentos ou aperfeiçoamento dos métodos de trabalho dos arquivos. A alteração semântica foi determinada por uma intervenção da diretora-geral do Arquivo Nacional do Brasil, na qual propunha à Unesco o estabelecimento de um "projeto-piloto de modernização em uma instituição arquivística do tipo tradicional". O termo ingressou no vocabulário arquivístico com essa nova acepção, sob o peso dos 150 anos de história dos arquivos da América Latina.

Essa história é singular, verdadeiramente paradoxal. A finalidade básica, essencial dos arquivos (como revela a longa história deles na Europa), consiste em servir ou em salvaguardar a continuidade das instituições, bem como a das comunidades que as criam, as transformam, as extinguem e as restabelecem. Por tradição, os arquivos centrais da América Latina independente não tiveram como pressuposto o papel de instrumento de continuidade. Criados, a maior parte deles, nas primeiras décadas do século XIX, receberam a exclusiva missão de conservar os veneráveis monumentos do passado: os documentos do período colonial e os da conquista da independência. Nem o presente nem o futuro lhes diziam respeito; não tinham a obrigação de servir à administração pública nem a perspectiva de progredir com a nação. Isso produziu, em escala continental, um fenômeno muito curioso: a presença, nos organogramas do serviço público, de instituições denominadas 'arquivos', com todos os indícios de sua existência, tais como instalações, papéis timbrados e publicações periódicas, mas desprovidas dos recursos materiais, jurídicos e humanos indispensáveis no exercício das funções arquivísticas essenciais. Tal síndrome dos 'arquivos nominais', surgida na América Latina, não permaneceu exclusivamente em seu continente de origem — hoje pode ser observada em diversas partes do mundo.

Por não estarem aptos a funcionar regularmente, esses arquivos ditos 'históricos', desvinculados da administração pública, estabeleceram uma rotina, cujos pontos fundamentais são os seguintes:

1) carente de uma política de recolhimento, os arquivos aceitam o depósito em suas instalações (quando dispõem de espaço) de qualquer coisa, em qualquer estado que se encontre.

2) os arquivos *não fazem uma seleção*; o acaso encarrega-se de realizá-la: ora fundos inteiros são destruídos, ora tudo é conservado, mesmo o que é desprovido de qualquer interesse (duplicatas e triplicatas, registros vazios etc.);

3) os arquivos *não organizam* os documentos; limitam-se a dispô-los em séries formais cronológicas. Em consequência, no lugar de inventários são produzidos catálogos mais ou menos detalhados e, às vezes, edições de textos.

Essa prática, dispendiosa e muito lenta, é inútil sob o ponto de vista do controle físico, além de ser perniciosa quanto ao controle intelectual dos fundos. Contudo, persistiu durante muito tempo (e persiste ainda hoje em alguns países) porque não requer formação arquivística e, ao mesmo tempo, dá a impressão de um trabalho científico sério, semelhante ao dos bibliotecários.

As instituições arquivísticas que funcionam desse modo desconhecem o que existe nas estantes dos depósitos, e os usuários, desprovidos de instrumentos para orientar suas pesquisas, estão condenados a fazê-las peça por peça, apesar das possíveis análises realizadas pelo pessoal dos arquivos.

Formou-se, assim, um círculo vicioso: incapaz de demonstrar sua finalidade, os arquivos não recebem recursos financeiros suficientes e, por esse motivo, não conseguem tornar-se úteis.

Tal como no México alguns anos atrás, no Brasil, em 1980, o problema consistia em romper esse círculo vicioso mediante a *modernização dos arquivos*.

A política de modernização

Só um adjetivo pode caracterizar a situação em que se encontrava, em 1980, o Arquivo Nacional do Brasil: *catastrófica*. O edifício, de dimensões insuficientes, portanto inadequado, ameaçava desabar; o corpo de funcionários não estava preparado para o trabalho arquivístico; cerca da metade dos fundos armazenados em seus depósitos não se encontrava identificada; ignorado pelo governo, havia muito tempo o Arquivo Nacional não era beneficiado com verbas. Por falta de respaldo jurídico, regulamentar e intelectual que permitisse o funcionamento dos serviços e das instituições de arquivos, os documentos produzidos pelos órgãos governamentais desde a proclamação da República permaneciam sem controle arquivístico, acarretando o desaparecimento, sem vestígios, de fundos inteiros e acumulações maciças em depósitos improvisados, onde documentos de valor, ao lado de peças inúteis, deterioravam-se progressivamente. Assim, para se levar a efeito a modernização, era indispensável:

- adquirir uma nova sede;
- identificar todos os documentos conservados no Arquivo Nacional;
- recensear os documentos não recolhidos, dispersos pelo Rio de Janeiro;

— aperfeiçoar o corpo de funcionários (antigo ou novo) para o bom desempenho de suas funções arquivísticas.

Com o empreendimento dessas quatro questões prioritárias, seria possível atacar outros problemas e desenvolver um programa de envergadura, visando a:

- elaborar uma legislação federal;
- dotar o Arquivo Nacional de uma estrutura adequada às finalidades da instituição;
- preparar um plano de aquisição de equipamento técnico;
- organizar o Pré-Arquivo em Brasília;
- promover a regulamentação profissional.

A reflexão sobre essa nova política levou, naturalmente, à conclusão de que o sucesso, isto é, o futuro dos arquivos do Brasil dependia, em última instância, de um fator: a formação de arquivistas dotados de conhecimentos metódicos, técnicos, administrativos e históricos requeridos para o exercício da profissão neste final de século.

Por definição, um sistema arquivístico operacional é complexo, pois pressupõe o funcionamento coordenado entre os múltiplos serviços que produzem documentos nos diversos escalões da administração pública e a organização de depósitos qualificados para recebê-los, dentro de prazos variáveis. Esse funcionamento coordenado não pode ser fruto de improvisação — ele exige um conjunto de *regras* que definam direitos, deveres, responsabilidades e procedimentos referentes à mão-de-obra qualificada e aos equipamentos. Uma vez deslançado, e se não for tumultuado ou paralisado deliberadamente, tal sistema funciona por si só, já que os dois participantes (produtores e conservadores de documentos) têm igual interesse em preservar a continuidade e a regularidade do processo documental.

Em 1980 o Brasil estava muito distante dessa situação. Além disso, para construir um sistema operacional de arquivos, era preciso eliminar a influência da herança conceitual, regulamentar, institucional e metódica da era dos 'arquivos nominais'. Daí a urgência de iniciativas simultâneas para vencer o desafio da modernização: era preciso adotar medidas práticas (tais como o recenseamento dos arquivos dispersos e a formação de uma equipe atuante, livre da timidez adquirida no passado) e, ao mesmo tempo, preparar as linhas estratégicas da reforma, ou seja, a regulamentação profissional e a transferência de sede.

Era preciso, ainda, agir e planejar de maneira que a implementação dos programas substituisse, gradualmente, todas aquelas iniciativas destinadas a atenuar as possíveis carências.

A tarefa de modernizar o Arquivo Nacional era imensa por si só; em teoria, ele poderia contentar-se com um programa 'federal' limitado aos fundos produzidos pelos órgãos do governo central — essa eventualidade, porém, foi descartada sem dificuldades.

A partir de 1980 o Brasil optou por um programa nacional de modernização de arquivos, objetivando a organização de um sistema nacional que reagrupasse, simultaneamente, os arquivos públicos da Federação, os estaduais e os municipais.

A teoria arquivística ou, mais precisamente, a arquivística teórica encontrava-se implantada de fato no Brasil desde o final da década de 1960. Contudo, esse esforço intelectual de reflexão e de ensinamento fez-se longe da realidade das repartições públicas e da massa documental acumulada aleatoriamente. Teve, porém, um mérito incontestável: a arquivologia conquistou o direito de ser citada no Brasil como disciplina e a profissão tomou consciência de sua identidade.

Em 1980, entretanto, essa arquivologia universitária não tinha muita coisa a oferecer. Criada dentro de um círculo desprovido de instituições arquivísticas operacionais, nele se manteve integrada. Durante anos subsistiu à margem da grande desordem das estruturas e das práticas dos arquivos.

Como não havia modelos a aplicar nem exemplos a seguir, a política de modernização devia combinar ação com reflexão e formação. Todas as operações práticas desenvolvidas a partir de 1980, além de servirem a finalidades imediatas, tais como a identificação da proveniência dos mapas e projetos, a reorganização dos arquivos do Ministério da Agricultura ou a formação de uma seção de arquivos audiovisuais, tinham de estar voltadas para objetivos gerais. Elas deveriam levar ao estabelecimento de métodos de trabalho e à elaboração de normas, bem como à publicação de artigos, estudos e manuais práticos.¹ Através dos anos, o efeito multiplicador dos projetos empreendidos foi-se tornando cada vez mais impressionante e apresentou, em 1988, três excelentes resultados: a abertura do curso de arquivologia no Arquivo Nacional, a elaboração de um modelo latino-americano de arquivos (em cooperação com o México e o I.P.G.H.) e a publicação do *Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*.

A política de modernização fundamenta-se em dois postulados:

— que o Arquivo Nacional constitua um todo e, em consequência, só tenha um progresso sólido e verdadeiro com a participação do conjunto dos arquivos brasileiros; e

— que os princípios, os métodos e as técnicas arquivísticas também sejam válidos fora do território nacional e, em consequência, que tal progresso seja avaliado de acordo com os parâmetros do saber e da prática da comunidade internacional.

Os cursos de formação, o 'Guia de África', o modelo latino-americano, como aliás todos os importantes projetos empreendidos no processo de modernização do Arquivo Nacional, foram concebidos a partir dessa dupla perspectiva: nacional e internacional. Todos foram postos em ação com auxílio externo e todos possuem alcance nacional, latino-americano ou internacional, muito além dos muros da instituição da rua Azeredo Coutinho.

Quanto à cooperação internacional, a política de modernização soube evitar obstáculos e entraves, tais como o enganoso e prejudicial conflito entre o 'bilateral' e o 'internacional'. Ao privilegiar o relacionamento e as consultas à Unesco e ao Conselho Internacional de Arquivos, o Brasil teve a oportunidade de entrar em contato com os melhores especialistas de diferentes atribuições técnicas

1. Trata-se, particularmente, dos manuais publicados a partir de 1985 e das monografias sobre história administrativa.

(construção de edifícios, informática etc.) e de traçar as linhas de cooperação direta com um grande número de países (República Federal da Alemanha, Canadá, Espanha, E.U.A., França, Índia etc.). Graças a esses múltiplos fatores, a nova arquivística brasileira — inovadora e ambiciosa — tornou-se 'exportável', apta a servir e a estimular um esforço continental destinado a pôr fim à 'síndrome dos arquivos nominais' na América Latina.

Abstract:

As well as in Latin-America, the syndrome of the nominal archives has occurred in Brazil for a long time. However, since 1980, the National Archives of Brazil opted for an institutional modernization. This term was introduced in the professional vocabulary with a new acception: to build up an operational system of archives, trying to eliminate the influence of conceptual heritage that regulates institutional and methodologically the called 'historical' archives.

Résumé:

De même qu'en Amérique Latine, le syndrome des 'archives nominales' a longtemps persisté au Brésil. Néanmoins, dès 1980 les Archives Nationales du pays optent pour un programme national de modernisation. Ce terme est entré dans le vocabulaire professionnel dans une nouvelle acception: construire un système d'opération d'archives, tout en supprimant l'influence de l'héritage conceptuel, réglementaire, institutionnel et méthodique des archives dites 'historiques'.